

Reestruturação industrial, sindicato e território – Alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo – Brasil

Industrial Restructuring, Trade Unions and Territories – Political
Alternatives During Times of Crisis in the ABC Region in São Paulo, Brazil
*Restructuration industrielle, syndicat et territoire: Alternatives politiques à des
moments de crise dans la région de l'ABC à Sao Paulo – Brésil*

José Ricardo Ramalho, Iram Jácome Rodrigues e Jefferson José da
Conceição



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/369>

DOI: 10.4000/rccs.369

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2009

Paginação: 147-167

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

José Ricardo Ramalho, Iram Jácome Rodrigues e Jefferson José da Conceição, « Reestruturação industrial, sindicato e território – Alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo – Brasil », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 85 | 2009, colocado online no dia 01 dezembro 2012, criado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/369> ; DOI : 10.4000/rccs.369



JOSÉ RICARDO RAMALHO
IRAM JÁCOME RODRIGUES
JEFFERSON JOSÉ DA CONCEIÇÃO

Reestruturação industrial, sindicato e território – Alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo – Brasil*

Este texto propõe-se discutir os efeitos sociais e políticos de crises e transformações econômicas sobre a história de distritos industriais, constituídos a partir da concentração de empresas de grande porte e de seus desdobramentos em termos de redes de pequenas e médias empresas. Tomando como exemplo a trajetória do principal distrito industrial brasileiro, consolidado a partir de meados do século xx em uma região que ficou conhecida como ABC, e no contexto de um país em busca de uma vocação manufatureira, pretendemos contribuir para o debate sobre o papel dos territórios e seus atores sociais, em especial os trabalhadores e seus sindicatos, em situações de crise da produção e do emprego, relacionadas à dinâmica das cadeias produtivas em uma economia mundializada.

Palavras-chave: Reestruturação industrial, trabalhadores, sindicatos no Brasil, territórios produtivos, região do ABC-Brasil.

A proposta do texto é discutir os efeitos sociais e políticos de crises e transformações econômicas sobre a história de distritos industriais, constituídos a partir da concentração de empresas de grande porte e de seus desdobramentos em termos de redes de pequenas e médias empresas. Tomando como exemplo a trajetória do principal distrito industrial brasileiro, consolidado a partir de meados do século xx em uma região que ficou

* Este texto se beneficia de parte dos resultados das seguintes pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelos autores: “Trabalho, distritos industriais e novas estratégias de desenvolvimento regional”, “Trabalho, sindicato e desenvolvimento regional: estudo comparativo entre as regiões do ABC Paulista e do Sul Fluminense” e “Quando o apito da fábrica silencia: sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na Região do ABC”, que contam com o apoio do CNPq e da Faperj (Programa Cientistas do Nosso Estado e Pensa Rio).

conhecida como ABC,¹ e no contexto de um país em busca de uma vocação manufatureira, pretendemos contribuir para o debate sobre o papel dos territórios e seus atores sociais, em especial os trabalhadores e seus sindicatos, em situações de crise da produção e do emprego, relacionadas à dinâmica das cadeias produtivas em uma economia mundializada.

Embora na história da sua formação urbana houvesse desde o início sinais de uma vocação industrial, foi com os investimentos do setor metal-mecânico (montadoras de veículos, fabricantes de autopeças, indústria de bens de capital, eletroeletrônica) e do setor químico, a partir dos anos 1950, que a região do ABC, localizada na periferia da cidade de São Paulo, se transformou no maior aglomerado industrial da América Latina e desde então se caracterizou pela presença expressiva de firmas multinacionais e pela formação de um conjunto substantivo de empresas fornecedoras de pequeno e médio porte; pela constituição de uma classe operária e de um sindicalismo ativo e com poder de pressão política; e pelo crescimento urbano e populacional, através de um intenso processo migratório.

A crise desta região, a partir dos anos 1990, relacionada com o processo de reestruturação produtiva das empresas globais, resultou no fechamento de fábricas, no aumento do desemprego, e no deslocamento de investimentos produtivos para outras localidades (cf. Conceição, 2008 e Jácome Rodrigues e Ramalho, 2007). A gravidade da situação social imposta pela nova conjuntura econômica colocou em xeque a proposta produtiva anterior, de base fordista, e impulsionou a criação de instâncias institucionais com vista a propor alternativas e novas estratégias regionais de desenvolvimento, reunindo diferentes forças sociais, inclusive os sindicatos mais militantes. A crise econômica de 2008 também atingiu a região de forma grave em termos da redução das atividades econômicas e do aumento das demissões, e os mecanismos políticos articulados na década de 1990 estão, na atual conjuntura, sendo acionados para buscar soluções para as novas necessidades colocadas pelo desemprego e pela recessão.

O surgimento da Câmara Regional do ABC, em meados dos anos 1990, nos servirá de exemplo para discutir possíveis situações de inovação institucional e de novos espaços públicos de decisão que seriam articuladas pelas localidades como reação aos sinais de crise e de mudanças econômicas, colocando em questão fórmulas anteriores da relação entre empresas e territórios produtivos. Apesar das dificuldades inerentes a um processo de

¹ O ABC é composto por sete municípios situados na Região Metropolitana do Estado de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Por sua proximidade e vizinhança, a região foi muitas vezes tratada como “subúrbio” ou “periferia urbana” da cidade de São Paulo.

construção institucional de grande dimensão, tentaremos mostrar no texto que, na região do ABC, as novas práticas de participação implementadas ao longo dos últimos vinte anos produziram decisões de razoável consenso sobre políticas públicas e privadas entre os atores locais, com o objetivo de incluir diferentes forças sociais no processo decisório sobre a recuperação econômica regional e a discussão sobre novas formas de investimento.

Pretendemos também discutir o papel dos trabalhadores e de seus órgãos de representação nesse processo, sugerindo a hipótese de que o acúmulo de força política e capacidade de articulação em nível nacional e internacional, como é o caso do sindicalismo no ABC, mesmo em uma conjuntura desfavorável, tem um efeito fundamental para a continuidade desses novos arranjos institucionais, e impulsiona as entidades sindicais na direção de uma posição propositiva nos fóruns de debate e elaboração de estratégias voltadas para um tipo de desenvolvimento econômico atento às questões sociais.

Em termos teóricos, nossa proposta trabalha com uma concepção de localidade que, como diz Cooke (1989: 296), não pode ser vista apenas como mera receptora de algo decidido em processos nacionais e internacionais, mas que está ativamente envolvida na sua transformação, mesmo que não tenha controle total sobre seu próprio destino. As localidades não seriam apenas lugares ou mesmo comunidades. Elas seriam a soma de energia social e agência, e o resultado da aglomeração de diversos indivíduos, grupos ou interesses sociais no espaço; não seriam passivas ou residuais, mas, de vários modos e graus, centros de consciência coletiva.

O texto tenta também incorporar elementos do debate atual sobre distritos industriais, que, a partir de definições anteriores de Marshall (1920) e das experiências dos distritos industriais italianos (Sengemberger e Pike, 1999: 101-103), destacam a importância política e organizacional das pequenas e médias empresas no contexto dos territórios produtivos. Políticas voltadas para a organização e promoção desse perfil de empresa teriam, em princípio, a capacidade de criar um tipo de proteção contra a dominação das grandes empresas e a dependência em relação a elas.

No que diz respeito à concepção de desenvolvimento territorial, vamos trabalhar com a percepção que a entende como “uma construção de atores” (Pecqueur, 2005: 11,12). Os territórios são concebidos como “*espaços socialmente criados e organizados* pelos atores sociais, a partir dos seus ativos e recursos, como condições e capacidades para materializar inovações técnicas e sociais, além de gerar sinergias positivas entre os responsáveis pelas atividades produtivas (tecido empresarial) e a comunidade (tecido cidadão).” (Pires e Verdi, 2007: 1-2).

Do nosso ponto de vista, a experiência do ABC traz bons elementos para um debate sobre a relação entre atores sociais, com interesses e posições econômicas e políticas diversas, em território produtivo, o que pode significar:

a) a criação das condições necessárias à emergência de atividades produtivas capazes de incorporar setores da população à esfera da cidadania, dando conotação política ao universo produtivo (Cocco *et al.*, 1999: 28);

b) o estabelecimento de uma nova ordem econômica regional na qual há “um domínio coletivo de exterioridades [...], que deve ser gerenciado por instituições públicas”, mas que, segundo Scott (1999: 30-31), dependendo das condições, tradições e consciência política locais poderia ocorrer sob a “forma de associações civis (incluindo, por ex., alianças industriais, sindicatos operários, ou grupos comunitários), ou de parcerias público-privadas, ou mesmo qualquer outro tipo de organização que possua legitimidade necessária e os poderes sociais indispensáveis”;

c) o reconhecimento da população de uma cidade como protagonista de desenvolvimento local e político, o que requer uma visão estratégica do novo papel das cidades no cenário internacional. Segundo Klink (2003: 33), “cidade não é sinônimo de governo local”, e hoje há uma busca de parcerias com apoiadores e gestores locais, criando-se interfaces com ONGs, setor privado, universidades, redes, etc.;

d) a possibilidade de conciliar as demandas da governança com os ideais da cidadania. De acordo com Guimarães e Martin (2001: 15-16), “nesse novo contexto, é notável não somente a diversificação dos protagonistas como ainda a transfiguração dos seus espaços de intervenção nas disputas em torno de uma definição da cidadania no âmbito das relações sociais que regulam a vida econômica”.

Breve história do ABC Paulista

No final do século XIX, a região do ABC se caracterizava por uma economia agrícola, voltada para a subsistência e para o abastecimento da cidade de São Paulo, embora já houvesse alguma produção manufatureira. Este cenário muda com a implantação da primeira ferrovia do estado de São Paulo, a partir de 1867, voltada para o escoamento do café que vinha das fazendas do interior do estado para o principal porto brasileiro, em Santos. Ao lado do incremento do fluxo comercial, a ferrovia gerou também uma série de impactos urbanos, estruturando na prática o território e sua urbanização, e ajudou a impulsionar a expansão de manufaturas: fábricas de cerâmicas, móveis, cimento, têxteis, chapéus, curtumes, vinhos, charutos, sabão, velas, carvão, óleos lubrificantes, etc.

Nesse contexto, estavam dadas as condições históricas para o surgimento da indústria na região, nas primeiras décadas do século XX: mão-de-obra livre, assalariamento, demanda interna de produtos de primeira necessidade e recursos financeiros provenientes da exportação do café. Deve-se notar, no entanto, que até meados da década de 1950, o processo de industrialização foi de natureza restrita e tardia (se comparada com os países já industrializados) e ficou limitada aos segmentos produtores de bens-salário (alimentos, vestuário, calçados, higiene e limpeza, entre outros).

A região do ABC tornou-se o epicentro da industrialização brasileira a partir da segunda metade da década de 1950, como resultado do “Plano de Metas” do governo Kubitschek (1956-1960), que tinha como proposta atrair novos investimentos internacionais em setores-chave da indústria.

Por sua localização estratégica, entre o principal porto do país (Santos) e o principal mercado consumidor (São Paulo), pela experiência anterior de empresários e trabalhadores com a atividade industrial, pela infraestrutura ferroviária e rodoviária e pela existência de grandes áreas verdes disponíveis a preços baixos, somadas aos incentivos dos governos municipais (acesso a água, energia elétrica, esgoto, transporte, entre outros), a Região do ABC foi escolhida pelas empresas multinacionais da indústria automobilística para receber os investimentos relativos à sua implantação no Brasil. A história da indústria automobilística se confunde com a história da região. No final da década de 1970, a Região do ABC representava cerca de 80% da produção nacional de veículos no Brasil, e ao final da década de 1980, concentrava 200 estabelecimentos produtores de autopeças, representando 20% do total no país (Conceição, 2001: 52).

Destaque também deve ser dado à indústria de insumos. A cadeia química e petroquímica, fornecedora de alguns dos insumos básicos para a indústria metal-mecânica, adquiriu tamanho peso na economia regional, que, junto com a indústria automobilística, representam ainda hoje quase a metade do valor adicionado na economia regional.

Nos anos 1980, o setor industrial apresentou taxas elevadas de crescimento, mas grande parte das decisões continuaram sendo determinadas de maneira exógena, isto é, fora da região. A estrutura construída conforme os padrões do modelo fordista de produção não estimulou a participação ou uma cultura de cooperação entre os atores sociais das localidades (cf. Scott, 1999), o que acabou dificultando, na década de 1990, a busca de alternativas coletivas para a revitalização do setor industrial em crise. Segundo Klink (2001: 138), a economia do ABC se caracterizou pela presença expressiva de grandes empresas multinacionais, em “um regime de alta proteção tarifária, sem ter enfrentado exigências mais estratégicas no

âmbito de uma política industrial nacional, como, por exemplo, a transferência de tecnologia para a indústria local, mais particularmente para a rede de micro e pequenas empresas”, o que constituiu um distrito industrial extremamente hierárquico e fragmentado, com pouca articulação entre os setores dinâmicos da indústria.

O desenvolvimento do distrito industrial e a formação da classe operária

As fábricas construídas na década de 1950 requeriam a contratação de grandes contingentes de trabalhadores. A maior delas, a fábrica da Volkswagen, fundada em 1957, passou de cerca de 5 mil trabalhadores em 1959 para quase 44 mil no final da década de 1970. As oportunidades de emprego na indústria atraíram migrantes de diferentes lugares do país, boa parte de zonas rurais, resultando também em um expressivo crescimento populacional. De um pequeno núcleo urbano, com cerca de 90 mil habitantes, em 1945, a região ultrapassou 2 milhões de pessoas na década de 1990.

A contratação de migrantes, a maioria de baixa qualificação, não se dava pelas montadoras de veículos, empresas de tecnologias mais avançadas. Com frequência esses operários faziam uma trajetória no mercado de trabalho que começava nas empresas menores, onde aprendiam a atividade metalúrgica, para em seguida serem contratados pelas montadoras, após um treinamento especial. Esse processo de diferenciação atingiu também os salários.

A presença de um número expressivo de trabalhadores na região criou também condições para a existência de um movimento sindical atuante e protagonista de eventos políticos importantes na história recente do país. A região já contava com uma tradição de luta operária constituída nas primeiras atividades manufatureiras do início do século XX, marcada pela influência política do anarco-sindicalismo, e que permaneceu a partir de 1925, com a presença do Partido Comunista no ABC e com sua inserção nas fábricas e nos sindicatos. Em 1947, a região elegeu o primeiro prefeito comunista e de origem operária do país.

Essa tradição de resistência se renovou com o surgimento do movimento conhecido como “novo sindicalismo”, que teve o ABC como berço e que se manifestou de modo mais explícito durante as greves dos metalúrgicos nos anos de 1978, 1979 e 1980 (cf. Almeida, 1996; Cardoso, 1999b; Comin, 1994; Jácome Rodrigues, 1997; Rodrigues, 1991; Vêras, 2002, entre outros). Esse movimento desafiou a ditadura militar instaurada em 1964, ao não cumprir publicamente a legislação anti-greve e ao questionar a subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Sua legitimidade foi

reforçada pelo trabalho político realizado nos locais de trabalho. A região do ABC é, ainda hoje, uma das poucas regiões em que os trabalhadores estão organizados nos locais de trabalho, seja em comissões de fábricas e/ou em comitês sindicais de empresa. Por exemplo, na base do sindicato dos metalúrgicos do ABC, em 2008, existiam 101 fábricas com comitês sindicais de empresa, o que representava, aproximadamente, 85% do total dos trabalhadores do sindicato.

O período dos anos 1970 e início dos anos 1980 ficou marcado por muitos conflitos, com diversos tipos de greves e paralisações, e com as ações sindicais duramente reprimidas dentro e fora das empresas, além de intervenções do Ministério do Trabalho nos sindicatos e do afastamento e prisões de seus dirigentes. A luta trabalhista dos metalúrgicos – por melhores salários, condições de trabalho e pelo direito à livre organização sindical – foi vista também como um ato político de enfrentamento do regime militar e pela redemocratização do país. Este fato deu às greves uma conotação nacional e um reforço ao movimento pelo retorno das liberdades democráticas. A região do ABC, o principal centro industrial do país, tornou-se naquele momento um palco importante de contestação ao autoritarismo político vigente.

A crise econômica e social dos anos 1990

Se a década de 1950 ficou marcada pelo empenho dos governos brasileiros em atribuir prioridade máxima à industrialização, a década de 1990 representou a abertura econômica para os mercados internacionais e o fim do processo de substituição de importações, em um contexto de rigidez nas políticas monetária e fiscal e de difusão do novo modelo de produção em substituição ao padrão fordista. Nesse novo contexto, prevaleceram políticas de governo favoráveis ao “Estado Mínimo” e contrárias a incentivos e salvaguardas e, com relação à reestruturação das empresas, um forte enxugamento do contingente operário e até mesmo, algumas vezes, do fechamento da unidade produtiva.

A partir da década de 1990, a região do ABC deixou de ser vista como símbolo da modernidade e passou a ser apontada como o lugar do atraso e das ineficiências geradas pelo antigo modelo de industrialização por substituição de importações. No entanto, foi como resposta ao questionamento de sua vocação que se criou, no início da década, a Câmara Setorial da indústria automobilística (cf. Arbix, 1996 e 1997; Oliveira, 1992 e 1993; Diniz, 1993; Cardoso e Comin, 1995 e Cardoso, 1999a; Bresciani e Benites Filho, 1995; Anderson, 1999; Silva, 1997). Esta experiência de negociação tripartite (sindicatos, empresas e governo) foi inovadora quanto à elabora-

ção de uma política industrial, por ter exercitado um mecanismo democrático de gestão pública setorial, e porque representou um aprendizado para os atores sociais da região do ABC – que iria se refletir mais tarde na criação da “Câmara Regional do ABC”, em 1997.

A Câmara Setorial não foi inédita no Brasil apenas pelo seu formato tripartite, mas também pelo conteúdo da negociação. Com os acordos obtidos, embora tenham sido de curto prazo, houve uma queda nos preços dos veículos, uma redução das alíquotas de impostos federais e estaduais e uma diminuição de margens de lucro ao longo da cadeia produtiva. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se uma correção mensal de salários e a manutenção do nível de emprego. O resultado imediato foi o crescimento da produção nacional de veículos, dos postos de trabalho e da arrecadação de impostos.

À revelia dos bons resultados quantitativos e qualitativos da Câmara Setorial, esta iniciativa foi abandonada pelo Governo Cardoso (1995-2002), em boa parte porque não combinava com o modelo econômico implementado pelo Plano Real, que se baseava em uma economia mais aberta, no aumento da carga tributária e no baixo alcance das políticas industriais. Em 1995, a expansão das importações do setor automobilístico foi um dos principais motivos do desequilíbrio na balança comercial brasileira e, para reduzir o déficit neste setor, o Governo Cardoso criou o “regime automotivo”, que consistia em incentivos fiscais para as empresas montadoras de veículos e para as fabricantes de autopeças já instaladas ou que viessem a se instalar no Brasil (cf. Arbix, 2006 e Cardoso, 2006, entre outros). Essa política implicou em uma intensa disputa entre estados e municípios pelos novos investimentos, através da oferta de incentivos tributários, creditícios, doação de terrenos e realização de obras de infraestrutura pelo poder público (portos, estradas, ferrovias, aeroportos, etc.).

A região do ABC ficou prejudicada nessa disputa e viu aumentar seus índices de desemprego. A totalidade da indústria de transformação apresentou redução de empregados, entre 1990 e 1999, em torno de 50% (caindo de 363.333 empregados em 1989 para 187.759 em 1999). A combinação da “guerra fiscal”, do crescimento da demanda por veículos novos e dos incentivos gerados pelo Regime Automotivo (com a redução das alíquotas de importação de peças, componentes, insumos e maquinários) gerou um expressivo aumento de novas fábricas de veículos e de componentes, todas fora do ABC.

O crescimento urbano dos municípios que compõem a região do ABC passou também a ser alegado pelas empresas como uma das razões para o desestímulo à produção e o deslocamento para outras regiões. O processo

urbano acelerado das últimas décadas fez surgir e expandir vários problemas econômicos, sociais e ambientais que, reunidos em uma conjuntura econômica desfavorável, colocaram em discussão a vocação industrial da região e a sua identidade tantas vezes referida como exemplar para a história da indústria no país.

Os culpados pela crise – o debate sobre o custo ABC

A crise econômica regional motivou vários tipos de reação, algumas representando novas saídas coletivas e institucionalizadas (como veremos adiante), outras como uma forma de aproveitar o momento de fragilidade dos setores ligados ao trabalho, aos sindicatos operários e às localidades para questionar seu modo de atuação política e justificar a opção pelo deslocamento para outras regiões do país. Os problemas de competitividade e a realidade de salários e benefícios mais altos em comparação com outras regiões foram alegados, principalmente pelos empresários, como fatores de geração de conflitos sociais e de empecilho à modernização. A ação sindical foi apontada como responsável por este “custo ABC”, que estaria inviabilizando a competitividade regional e a superação da crise.

Nesse debate, o sindicato dos metalúrgicos contra-argumentou criticando o uso sistemático da rotatividade no emprego realizado pelas empresas como mecanismo para reduzir os salários, além de demonstrar que o mercado de trabalho regional era extremamente heterogêneo. Mostrou também os efeitos positivos na economia da região, dos reajustes obtidos através da força da ação sindical e do melhor padrão salarial do trabalhador regional, questionando o rebaixamento de salários como estratégia de preservação do parque industrial e dos empregos (Conceição, 2008 e 2001). As ações sindicais nesse período buscaram preservar e ampliar as conquistas econômicas e sociais (o que de fato pode se refletir em custos mais elevados, mas também em incremento da produtividade), mas também procuraram negociar a modernização das fábricas e processos cooperativos locais com o objetivo de ampliar a competitividade.

Na visão sindical, o fechamento de fábricas, a transferência de unidades fabris para outras regiões do país e a perda de empregos na região do ABC, a partir da década de 1990, não podia ser uma decisão restrita ao empresário e alegavam a necessidade do sindicato e do poder público influir antes (de modo preventivo) e depois (de modo a reduzir os impactos negativos) da decisão do fechamento, assim como cobrar compromissos das empresas com a região.

Um exemplo dessa formulação aparece em artigo publicado na imprensa, pelo então presidente do sindicato dos metalúrgicos, Luiz Marinho (2001),

que resumiu a forma como os trabalhadores e o sindicato dos metalúrgicos encaravam uma decisão de fechamento de fábrica ocorrida na ocasião:

Além dos aspectos estritamente financeiros [perda de salários, impostos, demanda para os fornecedores locais], uma fábrica é também o símbolo de um acúmulo tecnológico, de um ‘saber fazer’ a respeito da produção de um determinado produto. Em cada funcionário, em cada departamento, em cada norma escrita estão incorporados, em realidade, vários anos de conhecimentos – que não se reproduzem com o mero deslocamento da fábrica para outra localidade. E vai se esvaír também um *know how* acumulado pelos fornecedores [...]. Uma série de empresas acaba sendo afetada. Portanto, quando uma empresa do porte da [...] decide pela desativação de uma fábrica, ela não está tomando uma decisão que diz respeito unicamente aos interesses privados da companhia. É toda uma comunidade pública e privada que está envolvida [...]. Se a empresa tem o ‘direito’ de estabelecer a estratégia de produção e mercado que considere a mais adequada para si, a sociedade tem o direito também de preservar o que de fato é seu patrimônio: as relações sociais, econômicas e tecnológicas que giram em torno de uma [...] fábrica.

A reação regional e a criação de novas instâncias institucionais

A região do ABC foi a que sofreu mais com a reestruturação industrial. No entanto, este processo parece ter impulsionado os atores sociais a constituírem, na região e no Brasil, uma inédita experiência de gestão pública, que foi a Câmara Regional do ABC. A construção e realização desta experiência beneficiou de outros fóruns criados anteriormente na própria região, como por exemplo o Consórcio Intermunicipal do ABC, que surgiu em 1990, reunindo sete prefeituras, com o objetivo de discutir, planejar e agir de modo integrado nos temas de interesse comum, em especial no que tange à infraestrutura, desenvolvimento econômico e meio-ambiente (Daniel, 2001a; Abrucio & Soares, 2001; e Reis, 2005).²

A criação do Consórcio está também relacionada com o esforço dos novos prefeitos eleitos em 1988, preocupados em dar novas respostas a antigos problemas da região. Naquelas eleições, o Partido dos Trabalhadores (PT) – cujas origens estão ligadas à própria ação operária no ABC e que desde o início lutou por mudanças na forma de funcionamento do Estado e de suas instituições – elegeu três dos sete prefeitos. Desse grupo veio também a principal liderança do Consórcio, o prefeito de Santo André, Celso Daniel, defensor declarado dos novos formatos de gestão pública baseados na

² Sobre a experiência do Consórcio do Grande ABC, consultar também <http://www.consorcioabc.org.br>.

cooperação para a elaboração de políticas integradas de desenvolvimento local (cf. Daniel, 1995, 1996, 2001a, 2001b; Daniel & Somekh, 1999).

Outro movimento importante e antecessor da Câmara Regional foi o Fórum da Cidadania do Grande ABC, criado em 1994, por iniciativa de setores da sociedade civil regional. Nesse primeiro momento, o Fórum da Cidadania esteve bastante associado ao movimento “vote no Grande ABC” (cf. Petrolli, 2000 e Horta, 2003), cujo objetivo era incentivar a população a votar em candidatos da região e ampliar sua representação política nas eleições legislativas estaduais e federais realizadas no ano de 1994.³ Após as eleições, as entidades participantes desse movimento, apoiadas por outras entidades da sociedade civil, decidiram por sua institucionalização. O Fórum chegou a congregiar cerca de 80 entidades da sociedade civil, dos mais diversos segmentos (associações empresariais da indústria e do comércio, sindicatos de trabalhadores, representações da mídia local, organizações não-governamentais, etc.), articulados em grupos temáticos com o intuito de produzir subsídios para resolver os problemas regionais. O Fórum representou um avanço no diálogo e na busca de consensos entre os atores sociais, mas não se constituiu em um espaço de negociação, o que o enfraqueceria como instrumento de resolução de problemas urgentes exigido pela crise regional.

O espaço da negociação viria a ser estruturado com a criação da Câmara Regional em 1997, que se diferenciou do Consórcio Intermunicipal e do Fórum da Cidadania, porque buscava integrar os atores públicos e da sociedade civil em uma mesma mesa de discussões (cf. Daniel & Somekh, 1999 e 2001; Gomes, 1999; Leite, 1999; Guimarães *et al.*, 2001; Boniface, 2001; Klink, 2000 e 2001; Albuquerque, 2001; Camargo, 2003; Bresciani, 2004). Os componentes da Câmara Regional do ABC, na segunda metade da década de 1990, foram: o Governo do Estado de São Paulo, o Consórcio Intermunicipal (sete Prefeituras), os Legislativos Municipais, os Parlamentares do ABC na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional, o Fórum da Cidadania, as Associações Empresariais e os Sindicatos de Trabalhadores.

Uma das mais importantes realizações da Câmara Regional foi a criação, em 1998, da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. A Agência é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, cuja principal missão é dar suporte institucional aos acordos debatidos dentro

³ Nas eleições de 1994, a Região do ABC elegeu 5 deputados federais e 8 deputados estaduais, o que foi a maior representação parlamentar observada em sua história.

da Câmara Regional.⁴ A composição do capital da Agência expressa sua natureza mista, não estatal: 51% das cotas relativas aos custos da instituição referem-se à sociedade civil e 49%, aos municípios, através do Consórcio Intermunicipal do ABC.

Os pontos positivos: [...] todo esse processo [...] representa um embrião de um modelo de governança participativa, governança regional, inclusive participativa, um processo que bota os conflitos na mesa. Os conflitos que a partir de um processo participativo se vão negociando para criar pequenas vitórias, pequenos consensos em torno de projetos concretos. Acho que esse é o grande avanço do modelo do ABC paulista. O de tentar avançar de maneira flexível, desburocratizado em torno das grandes prioridades da reestruturação socioeconômica. Isso é o avanço. (Ex-secretário de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura de Santo André, no ABC, São Paulo, 2005)

Essa iniciativa teve resultados positivos e, nos anos 2000, a região do ABC viu surgir novos arranjos produtivos locais, como são os casos dos Pólos de Plástico e de Cosméticos.⁵ Verificou-se também a retomada dos níveis de produção e da atividade econômica em geral em setores tradicionais como o metalúrgico e o químico. Houve redução do fechamento de fábricas e da transferência de produção para outras localidades. Os investimentos anunciados na totalidade dos setores alcançaram cerca de US\$ 3,9 bilhões, entre 2001 e 2004 (estimativas da Prefeitura de Santo André). A participação da Indústria no valor adicionado da Região evoluiu de 53,7% para 61,9% em 2003 (IBGE/SEADE).⁶ A participação do ABC no total da

⁴ A Agência tem como sócios o Consórcio Intermunicipal (que envolve as sete Prefeituras); as quatro diretorias regionais do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP); as Associações Comerciais e Industriais dos sete Municípios; os Sindicatos de Trabalhadores (Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sindicato dos Químicos do ABC, Sindicato das Costureiras, Sindicato da Construção Civil); o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as empresas do pólo petroquímico regional (Petroquímica União, Solvay, Cabot, Polietilenos União, Polibrasil, Crevron, Oxicap e Petrobrás) e as universidades (IMES, UNI-A, Fundação Santo André, UNIBAN, UNIABC, Metodista, FOCO).

⁵ Para Pires e Verdí (2007: 14-15), “a análise da governança territorial local, dinamizada pelos agentes organizados em instituições e empresas, mostra uma configuração territorial mais complexa, dada pelo aumento dos recursos imateriais e pela velocidade das informações e das inovações.” Segundo estes autores, “na perspectiva do desenvolvimento territorial, as localidades e regiões tornam-se, cada vez mais, as fontes específicas de vantagens competitivas e de solidariedade na globalização” e, por esta razão, “o desenvolvimento territorial não é universalizável nem transferível. Ele é um método de ação para os agentes e as comunidades em um quadro normativo de resposta ao desenvolvimento “por cima”, que valoriza a intimidade das relações que partilham os mecanismos econômicos com a sociedade e a cultura locais”.

⁶ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo).

arrecadação de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços no Estado de São Paulo voltou a elevar-se a partir de 2001 (Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo). O emprego formal subiu em cerca de 35%, entre 1999 e 2005, e em 16%, no caso específico do setor industrial (RAIS-CAGED).⁷ A taxa de desemprego caiu do patamar de 21% em 1999 para 16% em 2005 (PED/SEADE/DIEESE).⁸

A viabilidade de todo esse processo de renovação institucional, que se constituiu em uma mobilização coletiva para reverter o quadro de crise econômica que atingia o distrito industrial e a região do ABC, se deveu em grande parte à participação decisiva dos sindicatos, em particular do sindicato dos metalúrgicos. Desde a experiência da Câmara Setorial da Indústria Automobilística, em 1992, o sindicato dos metalúrgicos passou a desempenhar um papel importante de formulador, negociador, coordenador, enfim, indutor de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento regional.

Algumas ações associam diretamente o sindicato dos metalúrgicos do ABC com a elaboração de políticas industriais e regionais que almejavam o crescimento industrial, a geração de emprego, a distribuição da renda e a melhoria das condições de vida e de trabalho. Um dos marcos da ação sindical em relação ao tema da região foi a publicação, em novembro de 1995, do documento “Rumos do ABC: a economia do ABC na visão dos metalúrgicos”, elaborado pela subseção do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos) do sindicato. O documento faz um diagnóstico de obstáculos enfrentados pela economia local e sugere diretrizes para uma política de desenvolvimento da região.

Na verdade, o sindicalismo do ABC (seja metalúrgico, químico ou bancário) já representava uma vanguarda ao incluir nas suas preocupações as questões sociais que se mostravam mais candentes com a crise econômica regional. Esse tipo de participação ganhou inclusive o nome de “sindicato cidadão”, e se transformou em referência no debate político da principal central sindical do país – a CUT (Central Única dos Trabalhadores) (cf. Vêras, 2002; Jácome Rodrigues, 1997 e 2006; entre outros).⁹

⁷ RAIS, Relação Anual de Informações Sociais; CAGED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, ambos pertencentes ao Ministério do Trabalho e Emprego.

⁸ PED, Pesquisa de Emprego e Desemprego; SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo); DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

⁹ De acordo com Vêras (2002: 311), nos anos 1990, diante das propostas de flexibilização das relações de trabalho e do ataque aos direitos sociais dos trabalhadores, o “sindicalismo CUT”, conhecido pela combatividade dos anos 1980, é obrigado a assumir uma posição defensiva. Por outro lado, “o sindicalismo CUT”, embora mantivesse em seu discurso o referencial da

A novidade desse processo está na inclusão da economia e da região como temas importantes da pauta sindical e na ampliação e responsabilidade dos sindicatos sobre os destinos das localidades e seus moradores.

O sindicato ao se preocupar com outras questões referentes aos trabalhadores na sociedade [...] enfatizava mais as questões sociais, enfim questão da educação, analfabetismo, transporte, da educação, segurança, habitação, etc. Só o ABC, a partir dos meados dos anos 1990, passa a discutir também a questão da economia. [...] Uma coisa é você estar preocupado com a [...] pauta do sindicato cidadão, com a questão social [...], mas dos anos 1990 em diante [...], os sindicatos passam atuar na esfera da economia, quer dizer, discutir [...] como é que você vai fazer investimento ou para onde vai o investimento. (Diretor do Sindicato dos Químicos do ABC – 2005)

O desenvolvimento econômico passou a ser o principal tema desses novos espaços públicos de cooperação. Nesse sentido, as políticas de fortalecimento das cadeias produtivas na região do ABC encontram-se no centro deste debate, e é nesse ponto que aparecem algumas das principais dificuldades, em geral ligadas a pouca participação das montadoras do setor automobilístico. Estas empresas, na verdade, não têm aceitado as novas propostas regionais que exigem maior compromisso com as localidades onde estão instaladas e parecem preferir reproduzir aspectos do modelo de produção fordista, caracterizados por um baixo grau de integração social entre as grandes empresas multinacionais e o conjunto de atores e instituições locais, e pelo fato do centro de decisões destas empresas estar localizado fora da região e do país. Isto não tem impedido, no entanto, que se insista no envolvimento dessas empresas nos esforços de cooperação, tendo em vista seu papel de liderança nas cadeias de produção que compõem o parque industrial da região. Um apoio institucional à Câmara Regional por parte dos governos federal e estadual tem sido visto como um dos caminhos para induzir estas empresas a participarem deste processo de discussão visando a elaboração e execução de políticas públicas locais.

Embora a conjuntura de crise tenha se dissipado um pouco nos anos 2000 – com o crescimento da atividade do setor metalúrgico, especialmente da produção do complexo automobilístico, a redução do fechamento de fábricas

“participação das bases”, ou o referencial “socialista”, começa a conformar um novo arranjo e ganha importância a idéia de “cidadania”, de tal maneira que deu margem ao surgimento de denominações como “sindicato cidadão” e “CUT cidadã”. A idéia de *cidadania* passou a ser associada a situações diversas que foram desde tornar prioridade a defesa do emprego, dos direitos sociais e da própria democracia, como também diversificar a participação sindical em espaços institucionais e até execução de políticas públicas, sobretudo do campo social.

cas e da transferência de atividades para outras áreas do país, a decisão do Governo Federal em modernizar e ampliar o Pólo Petroquímico da região –, as pressões pelo aumento da competitividade do parque industrial da região do ABC continuam fortes, exigindo mudanças na organização da produção e do trabalho, impondo dificuldades e desafios para os atores locais.

Conclusão

A experiência da região do ABC traz questões para um debate sobre situações de crise de distritos industriais tradicionais, formados a partir da organização fordista e confrontados com as mudanças trazidas pela reestruturação e flexibilização do processo produtivo. O fato do nosso exemplo ocorrer em um país tardiamente industrializado agrega novos elementos às possíveis explicações sobre esse processo e o envolvimento dos principais atores sociais. A crise de 2008, que novamente atinge a região, vem marcada pela recessão e o desemprego em um contexto produtivo já flexibilizado. No entanto, as práticas de articulação política experimentadas nos anos 1990 retomam o cenário político, se refazem, em função das necessidades colocadas para todos os atores instalados naquele território.

Para finalizar, gostaríamos de resumidamente apontar algumas constatações e problemas para futuras investigações:

- 1) Um primeiro aspecto, que pode ser ressaltado no caso de análises de situações semelhantes, refere-se às diferenças entre empresas quando está em jogo a participação em novas iniciativas de cooperação econômica regional. No caso do ABC, este processo variou significativamente e demonstrou um fosso entre os interesses de empresas multinacionais e o interesse das pequenas e médias empresas, que têm menos mobilidade e dependem dos arranjos produtivos locais para o sucesso dos seus negócios. No caso do setor metalúrgico do ABC, as iniciativas institucionais voltadas para a cooperação econômica e construção de políticas de desenvolvimento local tiveram muito pouco apoio por parte das empresas multinacionais. A mobilização política pela revitalização industrial do ABC colocou em xeque as diretrizes de planejamento estabelecidas em sedes de empresas localizadas fora do Brasil, habitualmente não envolvidas em negociações e planos desenvolvidos a partir do espaço regional ou local. O receio era o de que a participação nas negociações regionais poderia colocar em risco a política de vantagens fiscais implementadas pelas empresas em meados dos anos 1990, que resultou em redução de custos através dos baixos salários e em grandes concessões por parte das administrações locais com poucas contrapartidas por parte das montadoras. Por outro lado, houve um engajamento efetivo das pequenas e médias empresas no novo processo institucional.

2) A participação sindical parece ser essencial para o avanço de qualquer experiência de inovação institucional que envolva os atores sociais de distritos industriais em crise. Mas está condicionada à capacidade de atuação política acumulada ao longo da história de lutas sindicais. Percebe-se, ao menos no caso estudado, que o diálogo nesse nível não anulou as diferenças de classe que continuam presentes nos universos fabris e que se referem a questões relativas às questões salariais e às condições de trabalho. Mas a crise econômica e social das localidades empurra a discussão para um patamar que privilegia questões mais gerais ligadas ao desenvolvimento regional. A ação sindical nesse nível de participação institucional tem uma forte associação com a capacidade de atuação política acumulada ao longo da história de lutas sindicais. São esses sindicatos que conseguem mal ou bem enfrentar os efeitos deletérios do processo de reestruturação produtiva e da flexibilização do trabalho. A reconstituição das ações do sindicato dos metalúrgicos do ABC demonstrou um comportamento que, malgrado o severo corte de empregos e a ameaça de perda de conquistas trabalhistas, não recuou na sua atuação e militância. O sindicato buscou, a partir de uma ação de caráter propositivo, negociar com as empresas e minorar os efeitos do processo de reestruturação sobre os trabalhadores; procurou intervir nos rumos da política industrial nacional que regula o desempenho da indústria; participou dos novos espaços públicos de discussão sobre os destinos regionais; promoveu o cooperativismo como uma resposta à falência da empresa e à preservação da renda, do emprego e do *know how* por parte dos trabalhadores da região.

3) A reação dos sindicatos do ABC à crise econômica de 2008 demonstra a capacidade acumulada de atuação política e institucional construída ao longo dos anos 1990 e 2000. Um dos principais exemplos desse processo foi a realização, em Março de 2009, em São Bernardo do Campo, do seminário “ABC do diálogo e do desenvolvimento”. Idealizado e articulado pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC, com o apoio dos principais setores políticos, econômicos e sociais da região, este evento contou com a presença e a participação dos sete prefeitos do “Grande ABC”, dos representantes das associações empresariais e dos trabalhadores, e discutiu temas variados como a questão do crédito, do emprego e desemprego, das potencialidades da região, das relações de trabalho e trabalho decente e da questão tributária e fiscal. O resultado foi a *Carta do ABC* (25 de Agosto de 2009), endereçada ao Presidente da República, com propostas e sugestões concretas para atenuar e criar alternativas aos problemas da recessão econômica. O mais importante, no entanto, foi a confirmação desse novo tipo de militância sindical, que passou a considerar de forma efetiva a

participação política nessas instâncias institucionais como tarefa política de primeira ordem.

4) A relação do distrito industrial com o padrão produtivo flexível e com a estruturação das empresas em rede coloca novos desafios para os agentes do empresariado regional e local, que precisam se engajar em outros processos voltados para as novas exigências da cadeia produtiva, o que realça a necessidade de um plano regional por cadeia produtiva para potencializar vantagens competitivas e valorizar os acúmulos de conhecimento e práticas que sejam próprias da região. No caso do ABC, foi estimulada a constituição de um modelo exportador e utilizados argumentos que foram desde a proximidade da região com o porto de Santos até à qualidade da mão-de-obra e do produto, aspectos considerados como fortes do parque industrial do ABC.

5) A ação do Estado e dos órgãos da administração pública ganham outra dimensão nos momentos de crise econômica e social regional e passam a ser fundamentais no processo de coordenação dessas novas experiências institucionais pelo seu poder de arregimentação e de aplicação de políticas públicas. No caso do ABC, os agentes do setor público evoluíram no sentido de estabelecer na região políticas visando o desenvolvimento e a internalização de serviços industriais avançados no ABC, tais como a logística, o processamento de dados, a engenharia de produtos, o *marketing*, entre outros. O balanço dessa experiência demonstra o avanço em algumas pautas e diretrizes voltadas para o aprofundamento de políticas de revitalização local que tiveram participação importante dos órgãos públicos. Cresceu o discurso sobre a necessidade de integrar de forma coordenada, as demandas da indústria do ABC com os programas, pesquisas e ações das escolas técnicas, universidades e centros de Pesquisa & Desenvolvimento na região. E as políticas de incentivo às inovações de produtos e processos na região passaram ser vistas como promotoras de ganhos de competitividade, fundamentais à preservação do parque industrial local e à manutenção das conquistas trabalhistas.

6) As soluções de cooperação em nível institucional dependem de atores sociais fortes politicamente. A experiência institucional do ABC indica que as alternativas criadas até o momento para a crise da indústria não parecem residir em um suposto rearranjo automático propiciado pelo funcionamento do “mercado”. A trajetória histórica e o acúmulo de experiências desta região parecem combinar mais com a articulação consciente dos atores sociais, sem desconsiderar suas divergências de diagnósticos sobre os temas em questão e sem desprezar os conflitos de classe inerentes. O fato de a região ter tido protagonismo na história sindical do país e ter sido o berço

do principal partido político oriundo do sindicalismo e o caso da Câmara Regional e da Agência de Desenvolvimento Regional – agora inovado em termos de acordos no campo das relações de trabalho e das experiências na gestão pública – demonstra que as localidades que compõem esse distrito industrial podem ser objeto de pesquisa sobre novas práticas democráticas de discussão de políticas de desenvolvimento econômico local e regional.

Referências bibliográficas

- Abrucio, Fernando; Soares, Márcia Miranda (2001), *Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Série Pesquisas, 24.
- Albuquerque, Francisco (2001), *La iniciativa de desarrollo regional del “Gran ABC”, São Paulo (Brasil)*. São Paulo: Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e Banco Interamericano de Desenvolvimento (mimeo).
- Almeida, Maria Hermínia T. (1996), *Crise Econômica & Interesses Organizados*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- Anderson, Patrícia (1999), *Câmaras setoriais: histórico e acordos firmados, 1991/95*. Rio de Janeiro: IPEA - Texto para discussão, n. 667.
- Arbix, Glauco (1996), *Uma aposta no futuro: os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Scritta.
- Arbix, Glauco (1997), “A câmara banida”, in Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius (orgs.), *De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta.
- Arbix, Glauco (2006), “Guerra fiscal, espaço público e indústria automobilística no Brasil”, in Adalberto Cardoso e Alex Covarrubias (orgs.), *A Indústria Automobilística nas Américas – a reconfiguração estratégica e social dos atores produtivos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Boniface, Dexter (2001), *Post-statist Development Initiatives in Greater ‘ABC’ São Paulo: A Case Study in Innovation*. Urbana-Champaign: University of Illinois (Tese de Doutorado em Ciência Política).
- Bresciani, Luís Paulo (2004), *Instituições, agenda regional, desenvolvimento econômico e política sindical no Grande ABC: os desafios do equilíbrio entre (macro) esfera institucional regional e a (micro) esfera cotidiana produtiva*. Caxambu: Anpocs.
- Bresciani, Luís Paulo; Benites Filho, Flávio A. (1995), *Negociações tripartites na Itália e no Brasil: o acordo nacional e as câmaras setoriais*. São Paulo: LTr.
- Câmara Regional do Grande ABC (2000a), *A região encontra soluções*. Santo André.
- Câmara Regional do Grande ABC (2000b), *Planejamento Regional Estratégico*. Santo André.
- Camargo, Zeíra M. (2003), *O sindicato dos metalúrgicos do ABC e as ações regionais na década de 90*. São Caetano do Sul: Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul – IMES (Dissertação de Mestrado em Administração).

- Cardoso, Adalberto M. (1999a), “Rompendo o círculo de ferro: impactos do acordo das montadoras nas relações de trabalho no setor automotivo brasileiro”, in Francisco de Oliveira e Álvaro Comin (orgs.), *Os cavaleiros do antiapocalipse: trabalho e política na indústria automobilística*. São Paulo: Cebrap/ Entrelinhas.
- Cardoso, Adalberto M. (1999b), *Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Cardoso, Adalberto M. (2006), “A nova face da indústria automobilística brasileira ou a tese da convergência revisitada”, in Adalberto Cardoso e Alex Covarrubias (orgs.), *A Indústria Automobilística nas Américas – a reconfiguração estratégica e social dos atores produtivos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Cardoso, Adalberto M.; Comin, Álvaro A. (1995), “Câmaras setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações entre capital e trabalho no Brasil”, in Nadya de Araújo Castro (org.), *A máquina e o equilibrista*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cocco, Giuseppe *et al.* (1999), “Desenvolvimento local e espaço público na terceira Itália”, in Giuseppe Cocco, André Urani e Alexander Galvão (orgs.), *Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O Caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Comin, Álvaro (1994), “A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil”, in Carlos A. Barbosa de Oliveira *et al.* (orgs.), *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta/Cesit/Mtb-PNUD.
- Conceição, Jefferson José da (2001), *As fábricas do ABC no olho do furacão: A indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90*. São Caetano do Sul: Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul – IMES (Dissertação de Mestrado em Administração).
- Conceição, Jefferson José da (2008), *Quando o apito da fábrica silencia – sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na região do ABC*. São Paulo: ABCD Maior.
- Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (2006), *Comunidade Cidadã*. <<http://www.consorcioabc.org.br/comunidade.htm>>.
- Cooke, Philip (1989), “The local question – revival or survival?”, in Philip Cooke (org.), *Localities: The Changing Face of Urban Britain*. London: Unwin Hyman.
- Daniel, Celso (1995), “Sindicatos e desemprego no ABC”, *Diário do Grande ABC*, Santo André, 23 de Agosto, caderno 1, 4.
- Daniel, Celso (1996), *Uma estratégia econômica para o Grande ABC*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- Daniel, Celso (2001a), “Gestão compartilhada, limites e possibilidades: A experiência do Grande ABC”, in *Consórcio: uma forma de cooperação intermunicipal*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima/Cepam.
- Daniel, Celso (2001b), “Uma experiência de desenvolvimento econômico local: A Câmara Regional do Grande ABC”, Nadya A. Guimarães e Scott Martin (orgs.), *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: SENAC.

- Daniel, Celso; Somekh, Nadia (1999), *Novas estratégias de ação regional: a experiência recente da Câmara do Grande ABC*. Porto Alegre: Anais do Encontro Nacional da ANPUR.
- Diniz, Eli (1993), *Articulação dos atores na implantação da política industrial: A experiência das câmaras setoriais: Retrocesso ou avanço na transição para um novo modelo?* Nota Técnica do Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas: IE-UNICAMP / IEI-UFRJ / FDC / FUNCEX.
- Franco, Gustavo (1992), “Maravilhas do acordo automobilístico”, *Folha de São Paulo*, 14 de Julho, caderno dinheiro, 2.
- Franco, Gustavo (1993), “A lavagem de um subsídio”, *Folha de São Paulo*, 22 de Abril, caderno dinheiro, 2.
- Gomes, Edgar da N. (1999), *Planejamento econômico local, desenvolvimento e participação social: a experiência das cidades do Grande ABC Paulista*. São Paulo: PUC-SP (Dissertação de Mestrado em Economia).
- Guimarães, Nadya; Martin, Scott (2001), “Descentralização, Equidade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais”, in Nadya Guimarães e Scott Martin (orgs.), *Competitividade e Desenvolvimento – Atores e Instituições Locais*. São Paulo: Editora Senac.
- Guimarães, Nadya *et al.* (2001), “Por um jogo de soma positiva: Conciliando competitividade e proteção ao emprego em experiências inovadoras de negociação no Brasil”, in Nadya Guimarães e Scott Martin (orgs.), *Competitividade e desenvolvimento: Atores e instituições locais*. São Paulo: SENAC.
- Horta, Celso A. (2003), *O braço “direito” do Grande ABC: Um estudo de caso do Diário do Grande ABC e sua inserção na regionalidade e nos conflitos das relações de trabalho*. São Caetano do Sul: Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul – IMES (Dissertação de Mestrado em Administração).
- Jácome Rodrigues, Iram (1997), *Sindicalismo e política – a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta/Fapesp.
- Jácome Rodrigues, Iram (2006), “A dimensão regional da ação sindical: Os metalúrgicos do ABC”, *Estudos de Sociologia*. Araraquara: FCL – UNESP, ano 11, 21, 2.º Semestre, 73-96.
- Jácome Rodrigues, Iram *et al.* (2007), *Trabalho e Sindicato em antigos e novos territórios produtivos: Comparações entre o ABC paulista e o Sul fluminense*. São Paulo: Annablume.
- Klink, Jeroen (2000), *O novo regionalismo: O caso da região do Grande ABC*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).
- Klink, Jeroen (2001), *A cidade-região: Regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Klink, Jeroen (2003), “Secretaria de Relações Internacionais e Captação de Recursos da Prefeitura de Santo André: Novos Desafios através de uma Visão Estratégica”, *Global*, Rio de Janeiro, nº 0.

- Leite, Márcia de P. (1999), “Nova estrutura industrial e trabalho: a experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil”. Campinas: DECISA/UNICAMP (mimeo).
- Marinho, Luiz (2001), “A fábrica além do prédio”, *Folha de São Paulo*, 21 de Fevereiro.
- Marshall, Alfred (1920), *Principles of Economics*. London: Macmillan.
- Oliveira, Francisco (1993), “O acordo das montadoras: quanto melhor, melhor”, *Novos Estudos CEBRAP*, 36.
- Oliveira, Francisco; Faria, Vilmar e Giannotti, J. Arthur (1992), *Os cavaleiros do antiapocalipse: O acordo das montadoras*. São Paulo: CEBRAP (projeto de pesquisa).
- Pecqueur, Bernard (2005), “O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul”, *Raízes*, 24(1-2), Jan.-Dez.
- Petrolli, Valdenízio (2000), *Diário do Grande ABC: a construção de um jornal regional*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo – UMESP (Tese de Doutorado em Teoria e Ensino da Comunicação).
- Pires, Élson; Verdi, Adriana (2007), “As dinâmicas territoriais locais na globalização: Aspectos conceituais e metodológicos”, *Revista GEOSUL*, São Paulo.
- Reis, Regina C. dos (2005), *Articulação política regional: A experiência do Grande ABC, 1990-2005*. São Paulo: PUC-SP (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).
- Revista ABC do Diálogo e do Desenvolvimento (Março de 2009), “A região unida para enfrentar a crise”. São Bernardo do Campo: Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.
- Rodrigues, Leôncio Martins (1991), “As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais”, in Armando Boito Jr. et al. (orgs.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra.
- Scott, Allen (1999), *Revitalização industrial nos municípios do ABC, São Paulo – Análise diagnóstica e recomendações estratégicas para uma nova economia e um novo regionalismo*. São Paulo: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC/Banco Interamericano de Desenvolvimento (relatório de pesquisa).
- Sengenberger, Werner e Pike, Frank (1999), “Distritos industriais e recuperação econômica local: Questões de pesquisa e de política”, in Giuseppe Cocco, André Urani e Alexander Galvão (orgs.), *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Silva, Leonardo Mello e (1997), *A generalização difícil: a vida breve da Câmara Setorial do complexo químico seguida do estudo de seus impactos em duas grandes empresas do ramo em São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado).
- Véras, Roberto (2002), “Sindicalismo e democracia no Brasil: Atualizações – do novo sindicalismo ao sindicato cidadão”. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado em Sociologia).